26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 e 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

YOUTUBE COMO PLATAFORMA DE MEMÓRIA COLETIVA

YOUTUBE AS A PLATFORM FOR COLLECTIVE MEMORY

Laura Tuyama – Universidade Federal de Santa Catarina /(UFSC)
Luciane Paula Vital – Universidade Federal de Santa Catarina /(UFSC)
Rodrigo de Sales – Universidade Federal de Santa Catarina /(UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Esta pesquisa analisa as relações entre uma TV universitária pública e uma plataforma privada, o Youtube, para divulgação e guarda de suas produções audiovisuais. Este canal se transformou na principal forma de acesso do público ao acervo da emissora. Entender as implicações da relação entre essa emissora de TV e a plataforma, a partir do conceito de dispositivo, estabelecido por Agamben. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e que se baseia em um estudo de caso para propor a discussão. A pesquisa constatou uma relação em que a TV universitária encontra-se presente na plataforma privada, cenário que com base em Agamben pode ser descrito pelo conceito de captura a partir de um dispositivo. A pesquisa apresenta possibilidades de profanação desse dispositivo, desatrelando a instituição da lógica das big techs. As instituições públicas fazem uso de plataformas privadas, para se aproximar do público e reposicionar-se enquanto agente midiático. Mesmo assim, é necessário conhecer de forma aprofundada a dinâmica, limites e possibilidades de estar nesses espaços, para minimizar o risco de perda de registros e memória.
Palavras-chave: plataformas digitais; Youtube; preservação audiovisual; memória.

Abstract: This research analyzes the relationship between a public university television station and a private platform—YouTube—regarding the dissemination and archiving of its audiovisual productions. This channel has become the primary means for the public to access the broadcaster's archive. To understand the implications of the relationship between this TV station and the platform, drawing on Agamben's concept of the "apparatus" (dispositivo). This is a qualitative, bibliographic study that employs a case study approach to

frame the discussion. The research identified a relationship in which the university TV station is present on the private platform—a scenario that, based on Agamben's work, can be described as "capture" by an apparatus. The study presents possibilities for the "profanation" of this apparatus, thereby decoupling the institution from the logic of Big Tech. Public institutions utilize private platforms to engage with the public and reposition themselves as media agents. Nevertheless, it is essential to gain a deep understanding of the dynamics, limitations, and possibilities associated with operating in these spaces in order to minimize the risk of losing records and institutional memory.
Keywords: digital platforms; YouTube; audiovisual preservation; memory.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta pesquisa surge de uma situação cotidiana, vivida no contexto de uma emissora de TV universitária, a TV Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desde maio de 2010, esta TV vem disponibilizando o conteúdo produzido pela sua equipe em um canal do Youtube. Pode ser uma situação até prosaica, considerando o atual contexto da comunicação em que pessoas e instituições passaram a ter uma presença em redes sociais, a fim de conectar-se com seu público. Na prática, trata-se de um arquivo de uma instituição pública em uma plataforma privada.

A relevância que sua presença no Youtube conquistou ao longo do tempo junto à emissora e até à instituição pode ser demonstrada em três exemplos. Um deles é que durante a pandemia de Covid-19, o canal transformou-se em um ponto de contato oficial da instituição com sua comunidade, para promover eventos e comunicações oficiais. O segundo é que a crescente publicação de conteúdos tem transformado o canal no principal acervo de memória da emissora de TV, acessível ao público externo. E o terceiro é que o número de inscritos no canal tornou-se uma métrica para aferir se a emissora está atingindo os objetivos no planejamento da organização.

Como plataforma de vídeos, o Youtube oferece uma série de facilidades, talvez o que mais se destaca é a de ser um espaço robusto para transmissão e armazenamento de audiovisuais, que é um dos tipos documentais que mais demanda espaço e recursos tecnológicos para seu processamento e acesso. Seu modelo de negócios baseia-se em proporcionar um espaço de encontro de produtores, conteúdo e público, em um ambiente de circulação de dados, fomentado pelo fluxo de publicidade e pagamento de assinatura.

1.1 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

A partir do encontro desses dois universos, TV universitária pública e plataforma privada de distribuição de vídeo, este artigo busca aprofundar na compreensão de que tipo de relação é essa e que implicações existiriam para a preservação da memória audiovisual. O Youtube já foi descrito como solução para proporcionar acesso à memória audiovisual televisiva brasileira (Brasil; Frazão, 2012). Ao mesmo tempo, essa mesma visão já recebeu críticas, como Mattock *et al.* (2018), que defendem que não se pode tomar a plataforma como um arquivo audiovisual perene.

Para além do debate dessas duas visões antagônicas, a questão deste artigo é: como pode-se descrever o fenômeno no qual os conteúdos desenvolvidos por uma instituição pública, logo conteúdos públicos, passam a fazer parte de plataformas privadas, as chamadas *big techs*? Quais são as implicações para a instituição pública a partir dessa relação, especialmente na preservação de registros que constituem sua memória?

Dessa forma, o artigo tem como objetivo compreender as diferentes dimensões e implicações para a preservação de registros audiovisuais, quando uma emissora de TV pública passa a utilizar uma plataforma privada de distribuição de vídeo. Para analisar essa relação, será tomado por base o conceito de dispositivo de Agamben (2009). A ideia é que, a partir de referenciais teóricos contemporâneos dos campos da filosofia, memória e política, seja possível compreender aspectos que constituem esse fenômeno, bem como implicações para memória em uma sociedade.

O estudo justifica-se pelo espaço cada vez mais proeminente que as plataformas privadas ocupam na sociedade, bem como em serviços de instituições públicas, em especial no caso de uma TV universitária pública. Também se justifica como um exercício de produzir questionamentos a respeito de possíveis consequências da adoção de plataformas privadas por essa instituição, refletindo sobre limites e possibilidades nessa relação.

1.2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo bibliográfico. A pesquisa também tem caráter descritivo, por se basear em observação do caso de uma TV universitária. A proposta é colocar em diálogo a problematização trazida pela teoria com situações reais vividas no contexto estudado. Ressalta-se que a observação do caso real se tornou possível

tendo em vista que uma das autoras trabalha neste espaço e nele realiza sua pesquisa de doutorado sobre preservação do acervo audiovisual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para buscar respostas para as questões de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte percurso: primeiro, parte-se da descrição do caso da TV universitária, seu contexto e de que modo seus conteúdos passaram a circular e ser guardados no Youtube. A partir disso, abordamos como essa circulação pode ser entendida também como uma captura por um dispositivo. Depois, passamos pelas implicações em relação às memórias audiovisuais, a questão da preservação e, na base de tudo, no conceito de plataformização. E por fim, buscamos exemplos do que podem ser consideradas ações no conceito de Agamben (2009) de profanação, na direção de promover a ruptura dessa lógica.

2.1 O CONTEXTO

O contexto aqui observado é a relação que se dá entre duas instituições, entre duas gerações de mídia audiovisual, uma emissora de TV e uma mídia social baseada em conteúdos audiovisuais. Por um lado, está a TV UFSC, uma emissora de televisão ligada a Universidade Federal de Santa Catarina que desde 1998 tem sua programação difundida na região da Grande Florianópolis por meio de um canal digital e por uma TV a cabo. Por outro lado, temos o YouTube, uma plataforma de compartilhamento de vídeos lançada em fevereiro de 2005 e comprada pela Google (*Alphabet*) em novembro de 2006.

A relação da TV UFSC com o Youtube surgiu em 2010, quando foi criado o canal no serviço, com o objetivo de alcançar um público de outras regiões, além de possibilitar uma nova forma e um novo momento para acessar conteúdos, que não pela radiodifusão local em horários determinados. Hoje o canal da TV UFSC conta com mais de 19,3 mil inscritos. Já foram publicados mais de 3,1 mil vídeos, que acumulam 2,1 milhões de visualizações. Durante a pandemia da Covid 19, o canal do Youtube foi utilizado para transmissões ao vivo de eventos da instituição, como um modelo alternativo para as atividades não presenciais. Para se ter uma ideia da importância que o canal do Youtube ganhou ao longo do tempo, no próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSC, um dos indicadores de desempenho da TV é o número de inscritos no canal.

Além disso, na prática, o canal do Youtube também vem se consolidando como um importante acervo do que a TV UFSC produz. Atualmente não existe nenhum outro servidor ou repositório institucional que ofereça ao público acesso amplo a esse conteúdo. O material bruto de gravações e as versões editadas que vão ao ar permanecem em sistemas locais de armazenamento, de acesso restrito.

À primeira vista, recorrer às plataformas para ampliar o alcance parece ser uma solução simples e acessível. Especialmente para o caso de tvs universitárias, que historicamente atuam em contextos de limitação de recursos, com falta de equipamentos para gravar e editar, indisponibilidade de discos rígidos para guardar e servidores de *streaming* oferecer ao público um volume expressivo de conteúdos.

Quando cria uma conta no Youtube, a instituição passa a fazer parte de uma plataforma que oferece uma série de serviços: hospedagem de vídeos, transmissões ao vivo, criação de uma rede de usuários do canal e distribuição de conteúdos, entre outros. É uma ferramenta prática, robusta, com uma interface sofisticada, atualizada constantemente para incorporar avanços tecnológicos como, por exemplo, inteligência artificial.

Hospedar os conteúdos não requer o pagamento de taxas. Isso se dá em função do modelo de negócios da plataforma, que é uma troca entre empresa e produtores de conteúdo. A empresa entra com a infraestrutura e distribuição, enquanto o produtor assegura a publicação frequente, que é o que vai atrair o público para a plataforma e, consequentemente, conteúdos publicitários. O canal que optar por receber um percentual desses anúncios habilita uma opção chamada monetização. Nos termos de uso da plataforma, o produtor a autoriza reproduzir, distribuir, preparar obras derivadas, exibir e executar o conteúdo. Também consta que o Youtube pode reter, mas não exibir, distribuir ou executar cópias de servidor dos seus vídeos que foram removidos ou excluídos. Sobre a distribuição, a plataforma explica que os critérios baseiam-se em: o que o público assiste ou não, duração de visualização, o que é marcado como curtido ou não, se o vídeo é marcado como não interessante e pelos resultados de pesquisas pós-visualização (Google, 2026).

Na prática, o produtor não sabe a qual anunciante seu material estará vinculado, nem mesmo se os inscritos do canal irão receber as publicações em suas linhas do tempo. Ou seja, o produtor deve reconhecer que sua autonomia estará limitada às regras estabelecidas

pela plataforma. E aqui, antes mesmo de questionar se essas regras são compatíveis com as da TV universitária, a primeira pergunta que surge é: por que acontece esse tipo de relação?

2.2 PLATAFORMA ENQUANTO DISPOSITIVO

Pode-se compreender como se tecem as relações entre a emissora de TV e o Youtube a partir da perspectiva de dispositivo, conceito que surge na obra de Foucault e é ampliado por Agamben: “Chamarei dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (Agamben, 2009, p. 40).

Para Agamben (2009), o dispositivo seria um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si é a rede que se estabelece entre esses elementos. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber.

Entende-se que o fenômeno da captura da emissora de TV pelo Youtube tem uma multidimensionalidade, sendo uma delas a tecnologia. Estamos diante de uma infraestrutura tecnológica que é capaz não apenas de fazer a guarda de coleções de vídeo, mas disponibilizar esse conteúdo para quem quer que tenha acesso à internet, identificar eventuais violações de direitos autorais, oferecer ferramentas de acessibilidade por meio de legendas automáticas, incorporar publicidade, coletar informações dos usuários, entre outras tantas possibilidades.

Como usuário da plataforma, o produtor de conteúdo obedece às suas políticas e diretrizes. Segue as orientações para não ter o conteúdo rejeitado e, no vocabulário das mídias sociais, para “ganhar relevância e mais seguidores”. É compreensível que usuários que queiram empreender nesse ambiente de negócios obedeçam a essas regras, sigam as recomendações para encontrar seu público. Mas o que pensar quando instituições públicas também passam a ocupar esse espaço, seguindo essas diretrizes? Mesmo que a emissora, objeto deste estudo, não esteja operando na lógica da monetização, o que se dá na prática é a guarda em plataformas privadas de conteúdos públicos, criados com recursos públicos e destinados ao público. São instituições que objetivamente também dispõem de recursos

tecnológicos que poderiam ser utilizados para esse mesmo fim, gerenciados pelos seus setores de Tecnologia da Informação. Portanto, seria só a questão de infraestrutura tecnológica o motivo pelo qual elas vêm sendo capturadas por esses dispositivos?

Usar o Youtube como solução para armazenamento e acesso representaria apenas um aspecto da relação da emissora de TV pública na rede social. Aqui tomamos outra forma de compreender os dispositivos identificados por Agamben. Segundo o autor, os dispositivos atuariam também como uma forma para modelar comportamento, discurso e linguagem. Assim, outra hipótese para a captura das instituições estaria no fenômeno social representado pelas plataformas, que acabaram por se tornar o espaço no qual os fluxos de comunicação vêm ocorrendo e onde se passam as interações sociais. Agamben (2009) alerta que nesta fase extrema do desenvolvimento capitalista, que se vive atualmente, há uma acumulação e proliferação gigantesca de dispositivos. “Hoje não há um só instante da vida que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo” (Agamben, 2009, p. 42). E se o público migrou para este espaço discursivo, parece fazer todo sentido também ocupá-lo. O que revela uma situação um tanto inusitada: a instituição (TV) se deixa capturar por um dispositivo (Youtube), para que ela continue a capturar o seu público em direção ao seu círculo discursivo.

Para uma emissora de TV, que vive na perspectiva de ser superada no processo de obsolescência de seu modelo de comunicação analógica, estar na rede social é uma forma de reinventar seu papel. É deixar de ficar à margem, com seu modelo unidirecional, e encontrar um caminho, uma voz, uma identidade nesse formato dialógico em constante mutação. O que não deixa de ser interessante é o fato de se deixar capturar por um dispositivo como uma forma de resistir em um espaço comunicativo e informacional. É tentar assegurar visibilidade em um contexto em que a comunicação se dá prioritariamente em outros espaços.

Para Rodrigo Turin (2019), ao focar no desempenho como uma postura pretensamente ativa, na realidade está-se adotando uma postura adaptativa, para adequar-se e valorizar-se como “produto” entre tantos nesta vitrine. É a mesma lógica que ocorre nos processos de uberização do trabalho, em que o profissional busca se manter relevante, reinventar-se como empreendedor, e encontra na plataforma um espaço onde pode exercer esse poder. Se o vetor das plataformas aponta para o futuro, pela busca da relevância, por

reinvenção e readaptação, neste ponto algo a se considerar é justamente a questão dos registros que são deixados (ou não). Ou seja, se o enfoque da rede social é sempre no presente, no que há de mais atual, o que ficará para a memória coletiva?

2.3 MEMÓRIA COLETIVA

Ao longo dos anos e em diversos contextos, o Youtube tem sido descrito como um espaço aberto e livre, um lugar utópico onde qualquer um pode compartilhar e trocar informações. Mattock *et al.* (2018) afirmam que esta é a visão não só do público amplo, mas também de instituições ligadas à preservação e educação. Pesquisadores brasileiros apontaram a plataforma até como uma alternativa para preservar conteúdos e garantir acesso principalmente a arquivos produzidos por emissoras de TV. No Brasil as emissoras não são obrigadas por lei a abrirem seus arquivos ao público, apesar de serem detentoras de concessões públicas (Brasil; Frazão, 2012).

No entanto, Mattock *et al.* (2018) alertam para o equívoco em tomar o Youtube como um espaço para a preservação de memórias. As autoras apontaram casos em que os usuários que buscaram vídeos na plataforma e, algum tempo mais tarde, descobriram que os conteúdos já não existiam mais: tinham sido apagados, seja por violação de direitos autorais, pela eliminação de contas ou outros motivos não esclarecidos. Segundo as autoras, o equívoco é não considerar que se trata de uma empresa, que pode ter outros objetivos de negócio que não o de preservar, já que a renda de anúncios resulta, na maioria dos casos, de conteúdos recentes, e não dos conteúdos mais antigos. “O YouTube é mutável, um anti-arquivo de material em constante mudança. A plataforma não preserva, mas continua a transformar, mudar, mover, crescer e apagar” (Mattock; Theisen; Pierce, 2018, p. 5-6).

Quando se considera a questão do ponto de vista de quem publica no Youtube, poderia argumentar-se que o produtor de conteúdo tem certo controle sobre o que permanece no seu canal, o que garantiria este espaço de preservação de memória. Para confrontar essa visão, o primeiro ponto que vale ser mencionado é em relação à qualidade da imagem que fica no Youtube. Ao fazer upload em uma conta gratuita, ocorre um processo de compressão que reduz o formato do vídeo, para que ocupe um espaço menor de armazenamento. Ou seja, hoje um arquivo gravado no formato de alta definição (HD, 1080 pixels) passa por uma compressão e, ao se fazer o download, esse mesmo vídeo vai se

transformar em um arquivo padrão (formato *standard*, 720 pixels). Portanto, guardar a memória audiovisual no Youtube passa pela decisão ética de abrir mão da qualidade de imagem desse legado.

Outro ponto sobre o qual não existe clareza é se os conteúdos estarão disponíveis ao público de forma perene ou se existe algum risco de seu desaparecimento. Nos termos do serviço, também não está claro até quando a hospedagem de vídeos será gratuita. Pode-se inferir que essas decisões ficam totalmente a critério da empresa que está oferecendo o serviço, que pode a qualquer momento mudar as condições de hospedagem desses conteúdos.

Para quem lida com audiovisual, não é novidade que muito do que se produz acaba se perdendo. Como coloca a professora Maria Fernanda Coelho (2023), o audiovisual sempre fez parte de uma indústria de alta obsolescência, em que algumas tecnologias vão permanecer, outras vão ser abandonadas. Se não há intenções ou condições de perpetuar aquele conteúdo, vai ocorrer a perda, seja pela degradação natural ou escassez de equipamentos que consigam acessar aquele conteúdo. A professora alerta, no entanto, que a questão da preservação tem muito mais a ver com o aspecto mercadológico do que a questão do suporte, da perda natural.

Em tempos de comunicação digital, esse processo tem ocorrido de forma muito mais acelerada. Atualmente, com a facilidade na produção de registros audiovisuais, já é um consenso de que é impossível preservar tudo o que se produz. Gravar para desaparecer tem sido justamente o comportamento de alguns aplicativos de redes sociais. Sobre esse tema, Damin e Dodebei (2018) propõem o termo “objetos digitais com extinção programada”, com base em seu estudo sobre a efemeridade das narrativas que circulam nas mídias digitais. Como objeto de estudos, as autoras concentram-se na funcionalidade ‘Histórias’ do aplicativo Instagram, em que os usuários compartilham uma foto ou um vídeo que, dependendo da forma como é publicado, vai ser apagado 24 horas depois. Como explicam as autoras,

> O que resta das ‘Histórias’, então, são as ruínas, compostas pelas mensagens. Mas, uma reconstrução parcial desses objetos digitais com extinção programada só poderá ocorrer por meio da memória. Diferente das publicações inseridas na linha do tempo do aplicativo, esse tipo de objeto não produz rastros no nível do produtor, caso ele não os armazene, nem para o espectador. Dessa maneira, caberia à lembrança preencher essa lacuna que a imagem não pode mais completar (Damin; Dodebei, 2018, p. 54).

Outra dinâmica interessante de se observar é em relação à individualização da experiência do usuário e o conteúdo das redes, fazendo com que seja necessário repensar o conceito de memória coletiva. Como explica Han (2022), a propagação das informações se dá de modo a não se constituir um espaço público, sem formar uma esfera pública. Se o algoritmo distribui aquele conteúdo para o usuário de acordo com o seu perfil e preferências de uso, entende-se que cada um tem seu percurso, constrói sua visão de mundo, tem um repertório e uma leitura do mundo própria, totalmente diferente de qualquer outra pessoa.

Tal explicação dialoga com o conceito de memória coletiva criado por Halbwachs (2006), que explica que a memória é um fenômeno social e não se pode tratar sobre memória sem entender seu aspecto social. Ao analisar a teoria de Halbwachs, Assman explica que a estabilidade da memória coletiva dependerá do vínculo do grupo: “Se o grupo dissolve, os indivíduos perdem em sua memória a parte de lembranças que os fazia assegurar-se e identificarem-se como grupo” (Assmann, 2011, p. 144).

A produção e o consumo de conteúdos audiovisuais criam contextos individualizados, um modelo que tem sido denominado de bolhas informacionais (Pariser, 2012), que tem implicações políticas. Morozov reforça que “É muito difícil preservar valores como solidariedade num ambiente tecnológico que prospera com base na personalização e em experiências únicas e individuais”. (Morozov; 2018; posição 544).

2.4 A LÓGICA DA PLATAFORMIZAÇÃO

Se a captura pelas plataformas parece um processo inescapável, o conceito de plataformização nos ajuda a compreender os elementos que constituem a força motriz para que esse fenômeno ocorra. Para Poell, Nieborg e Van Dijck (2019), a plataformização seria a “interpenetração das infraestruturas digitais, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida” (p. 6).

Já a professora José Van Dijck (2022) explica que se trata de um ecossistema informacional que opera de forma hierárquica e interdependente. Para ela, a plataformização é um fenômeno comparável à industrialização e à eletrificação, ou seja, é uma transformação social multifacetada com impacto global, com uma concentração de poder econômico, social e (geo)político sem precedentes. Van Dijck (2022) representa esse ecossistema com a metáfora de uma árvore, constituída por três camadas conectadas: nas

raízes seriam as infraestruturas digitais, o tronco seriam as plataformas intermediárias. A partir dela formam-se os ramos, galhos e folhas, representados por setores industriais e sociais. Esse ecossistema é alimentado por dados dos usuários (Van Dijck, 2022, p. 6).

Pode-se dizer que hoje é nesse ecossistema em que operam organizações privadas e públicas. Suas operações financeiras, seus bancos de dados, os dados de usuários, todos esses fluxos circulam nesse ambiente. É lá onde estão as informações das cidades inteligentes e seus serviços, o monitoramento e a vigilância de cidadãos, o espaço discursivo, o espaço político, as memórias e identidades. Pouco afeitas às iniciativas de regulação nos países onde operam, elas representam o que há de mais distante do ideal da internet neutra, do espaço democrático, do ágora virtual ou da inteligência coletiva que se imaginava para a internet há algumas décadas. Como ressalta Morozov (2018, p. 15), "A aldeia global jamais se materializou – em vez disso, acabamos em um domínio feudal, nitidamente partilhado entre as empresas de tecnologia e os serviços de inteligência."

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de dispositivo de Agamben torna possível dar visibilidade às relações que uma instituição estabelece com as plataformas e suas ferramentas, quais papéis a instituição aspira a ocupar e quais ocupam efetivamente. O que se observa é que as instituições aderem às plataformas, com o objetivo de se apropriar de suas ferramentas para realizar seu propósito, seja ele de comunicar, registrar, preservar. Mas na realidade, o que ocorre é a captura desses atores e desses conteúdos. No presente estudo, a TV universitária seria mais um usuário a fornecer dados e conteúdos para atrair público e alimentar continuamente esse ecossistema. Qualquer que seja o conteúdo, ele é capturado por essa lógica, vai ser transformado em um ativo, a ser monetizado. Como alerta García Gutiérrez (2018).

> *Convencidas de la neutralidad de las redes digitales, muchas comunidades y sujetos hacen entrega de sus arsenales simbólicos y axiológicos a una lógica amable con el fin de obtener visibilidad y diseminar sus valores y categorías entre sus propios individuos. Craso error: ninguna cosmovisión sobrevive a su digitalización. La "tecno-lógica" reduce los mensajes y sistemas a sus propios códigos y protocolos clasificatorios* (García Gutiérrez, 2018, posição 324).

Ou seja, para a emissora de TV universitária, compreender as plataformas como um dispositivo implica em reconhecer a característica deste ambiente em que está atuando.

Também ajuda a ter um olhar mais sóbrio, menos deslumbrado sobre o que significa estar em uma plataforma neste contexto neoliberal altamente centralizado, concentrador, voltado a interesses mercadológicos. Implica em pensar sobre sua relação com o público e com as comunidades da qual faz parte. Parece então até um contrassenso tomar por base essa infraestrutura tão caracterizada pela concentração para construir um serviço, um acervo ou qualquer outra iniciativa que tenha como valores a democracia, a pluralidade, o respeito à privacidade.

Agamben (2009) escreve que na história da humanidade nunca houve um corpo social mais dócil e frágil, seja no contexto do trabalho, da saúde, da diversão, da alimentação, um corpo que aceita que "seus desejos sejam comandados e controlados por dispositivos até nos mínimos detalhes" (Agamben, 2009, p. 49). Fazendo um paralelo da relação da TV com as plataformas, nunca tivemos instituições tão dóceis ao fornecer os dados para uma plataforma privada, sem questionar as condições para participar desse ambiente.

Observar como se dá o processo de captura por um dispositivo pode ser um primeiro passo para compreender os limites dessa relação e a partir daí ressignificá-la ou romper. É bastante inspirador que, ao desvendar essas camadas de entrelaçamento, pode-se pensar em formas para profanação desse dispositivo. Nas palavras de Agamben (2009), profanar um dispositivo significa “libertar o que foi capturado por meio dos dispositivos e restituí-los a um possível uso comum” (Agamben, 2009, p. 44).

O primeiro ponto a se considerar é a questão de concentração tecnológica, econômica e política representada por esse contexto da plataformização. Alguns pesquisadores vêm apontando caminhos. Um deles seria a recusa de estar neste espaço, como defendem autores como Crary (2023). Já autores como Morozov (2018) consideram que a tecnofobia não seja a solução. Para ele, a questão deve ser tratada como um enfrentamento político, no qual a sociedade deve dispor de tecnologias que respeitem o espírito do Estado de bem-estar social, que ofereçam as condições ideais para a prosperidade humana e para o surgimento de comunidades políticas em torno de causas e questões que lhes pareçam relevantes. O tipo de infraestrutura de comunicação necessária “deve ser de livre acesso, difícil rastreamento e aberta para usos novos e subversivos” (Morozov, 2018, posição 1230). É o mesmo caminho apontado por autores como Bolaño (2023), que defende que o Brasil tenha uma política pública que estabeleça

outra infraestrutura como um projeto nacional. Neste sentido, um projeto que começa a ganhar forma é a da Comunidade Software Livre no Brasil, que defende criar um serviço para fornecer plataformas digitais de interesse público, como alternativas às *big techs*, baseado em softwares livres de arquitetura distribuída e colaborativa.

Sobre a guarda do patrimônio audiovisual, Mattock *et al.* (2018) defendem tratar os vídeos online da mesma forma que os historiadores de ciências naturais tratam seus objetos de pesquisa, adotando uma estratégia de preservação em que se consiga obter um indivíduo de uma espécie ou uma amostra de um artefato, para preservar para gerações futuras. Aplicada a vídeos do Youtube, a ideia consistiria em negociar o direito de fazer download de um conteúdo, assegurar um acesso limitado, e preservá-lo em um repositório institucional, junto com informações de referência. Isso implicaria às instituições criar ou adaptar políticas para começar a coletar, preservar e fornecer acesso a longo prazo.

Para a TV universitária em questão, uma estratégia pode ser a de constituir um repositório próprio para que seu acervo audiovisual fique fora das plataformas privadas. Seria uma forma de manter autonomia em relação à guarda dos arquivos, aos formatos de maior qualidade, à clareza em relação à política e aos custos de preservação. Sabe-se que é uma iniciativa desafiadora, a começar pelo custo de aquisição e manutenção de armazenamento, questões ambientais, obsolescência de formatos e processamento de grandes volumes de dados.

Mas não se pode ignorar a importância que o canal no Youtube consolidou ao longo do tempo e a centralidade que as redes sociais ocupam junto à sociedade. Nesse caso, se a opção é continuar na plataforma, uma das primeiras implicações seria estabelecer uma política que defina o que fazer caso haja uma mudança nas políticas da empresa, seja por cobrança de taxas de hospedagem, seja pela sua desativação, seja pela eventualidade da própria emissora de não conseguir manter o canal. Trata-se de elaborar um plano de contingência que indique quais podem ser os sinais de alerta que é hora de sair da plataforma, como buscar um repositório alternativo e decidir o que fazer com os conteúdos depositados, o que deve ser salvo, ignorado ou eliminado.

De qualquer forma, parece urgente pensar em uma proposta de ação em que as plataformas deixem de exercer um domínio primário das ações da instituição. Podem parecer caminhos bastante utópicos e desafiadores, dada a concentração de poder, de sua

vantagem tecnológica e capacidade de apontar para qual direção a sociedade deve caminhar, a partir dos interesses do dispositivo representado por esse conglomerado de tecnologia, economia, política e vigilância. Mas se nosso espaço de ação é uma instituição pública, pautada por valores públicos, que seus esforços possam se concentrar na construção de espaços alternativos, que representem outras métricas, outras formas de medir o que é relevância. O quanto o espaço é plural, o quanto é baseado em valores democráticos, que sejam baseados na ciência, que sejam socialmente inclusivos, pautados pela diversidade, pela liberdade e com potencial emancipador, enfim, essas podem ser algumas das métricas para se levar em conta na hora de se pensar em um espaço de comunicação e memória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma emissora de TV universitária pública dispor de um canal em uma rede social e plataforma online de distribuição de vídeo é um fato comum, considerando que essas se constituem nos principais espaços para circulação midiática atualmente. O objetivo deste artigo foi observar essa relação de uma forma um pouco mais aprofundada, no sentido de identificar as possíveis implicações para a preservação da memória audiovisual. Para isso, adotou-se como referência o conceito de Agambem (2009) de dispositivo. O autor explica que os dispositivos atuam como uma forma para modelar comportamento, discurso e linguagem.

A partir desse referencial, foi possível compreender a relação da emissora de TV e da plataforma como a de captura por um dispositivo, um processo no qual a emissora de TV se beneficia da infraestrutura tecnológica da plataforma, mas principalmente de seu protagonismo de fenômeno social, espaço no qual ocorrem os fluxos de comunicação e interação sociais. Estar na plataforma representa uma nova roupagem para uma TV que nasce de um modelo analógico e em processo de obsolescência, que precisa reinventar o seu papel e se manter próxima ao público.

Compreender a dinâmica da plataforma como uma rede social é entender que seu enfoque está no presente, na promoção e circulação de conteúdos, em um fluxo dinâmico, um “anti-arquivo”, como colocam Mattock, Theisen e Pierce (2018). Implica pensar na memória em um contexto de crescente personalização das experiências e na fugacidade dos objetos com extinção programada (Damin; Dodebei, 2018).

No caso da TV universitária, ao se beneficiar das facilidades das plataformas, é preciso compreender a natureza desse espaço, o risco de vulnerabilidade e desaparecimento de conteúdos, especialmente quando estes se constituem nos únicos canais acessíveis pelo público. Também implica em refletir se os valores reforçados pelas *big techs* estariam alinhados ao seu propósito ou se pode ser interessante começar a pensar em alternativas que ofereçam arquitetura distribuída, colaborativa e voltada ao interesse público.

Uma das dificuldades encontradas na pesquisa foi localizar referências desses espaços na prática, ou seja, ainda é algo que está no campo das utopias. Ainda assim, ações voltadas ao uso de repositórios públicos podem ser consideradas para se manter a autonomia e preservação dos registros. Seja qual for a saída, a mensagem que fica é da necessidade de conhecer esse ecossistema de forma mais aprofundada, para se adotar um posicionamento mais consciente, pois está se lidando com memórias, o legado deste contexto digital para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? *In*: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. p. 55-73.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. Disponível em: https://www.loja.editoraunicamp.com.br/DynamicItems/Catalog/b66a6515-533b-423e-bbc3-385428fe33e420pp_Espaços_da_recordacao_W65.pdf. Acesso em: 21 out. 2026.

BOLAÑO, César. A regulação das plataformas e o projeto nacional. **Outras Palavras**, [*s. l.*], 12 maio 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-regulacao-das-plataformas-e-o-projeto-nacional/. Acesso em: 8 maio 2026.

BRASIL, Antônio; FRAZÃO, Samira Moratti. Reflexões sobre o acesso aos arquivos de telejornais brasileiros. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 17, p. 13-21, 2012. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/12256. Acesso em: 8 maio 2026.

CRARY, Jonathan. **Terra arrasada**: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2023. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/livro/terra-arrasada-06L-4045-000-BK. Acesso em: 21 out. 2026.

DAMIN, Marina Leitão; DODEBEI, Vera. Objetos digitais com extinção programada: "histórias" e rastros memoriais. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 45-57,

2018. Disponível em: https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/33. Acesso em: 8 maio 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio L. **En pedazos**: el sentido de la desclasificación. [*S. l.*]: ACCI, 2018.

GOOGLE. **YouTube Ajuda**: sugestões sobre pesquisa e descoberta. [*S. l.*]: Google, 2026. Disponível em: https://support.google.com/youtube/answer/11914225. Acesso em: 15 maio 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022. Disponível em: https://catalogo.acervo.nic.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=2274. Acesso em: 21 out. 2026.

MATTOCK, Lindsay Kistler; THEISEN, Colleen; PIERCE, Jennifer Burek. A case for digital squirrels: using and preserving YouTube for popular culture research. **First Monday**, [*s. l.*], v. 23, n. 1, 1 jan. 2018. Disponível em: https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/8163/6625. Acesso em: 6 maio 2026.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018. (Coleção Exit). Disponível em: https://busca.acervo.nic.br/vufind/Record/2404/Description. Acesso em: 21 out. 2026.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788537808030/o-filtro-invisivel. Acesso em: 21 out. 2026.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Platformisation. **Internet Policy Review**, Berlin, v. 8, n. 4, 2019. DOI: https://doi.org/10.14763/2019.4.1425. Acesso em: 8 maio 2026.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Copenhague; Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019. (Pequena Biblioteca de Ensaios). Disponível em: https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/TURIN2.pdf. Acesso em: 21 out. 2026.

VAN DIJCK, José. Ver a floresta por suas árvores: visualizando plataformização e sua governança. **MATRIZes**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 21-44, 2022. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p21-44. Acesso em: 8 maio 2026.